

PRESIDENTES DA ANTC E UNASUS DESTACAM O PAPEL DO AUDITOR PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA EM PROGRAMA DA TV CANÇÃO NOVA

NA SEMANA DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO AUDITOR, O PROGRAMA ALÉM DA NOTÍCIA DISCUTIRÁ SOLUÇÕES PARA A CRISE DA SAÚDE PÚBLICA, TEMA DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 2012, E A IMPORTÂNCIA DAS AUDITORIAS PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

BRASÍLIA. Na semana de comemoração do **Dia do Auditor** (20 de novembro), as presidentes da ANTC, Lucieni Pereira, e da Unasus, Maria do Socorro, serão as entrevistadas do Programa Além da Notícia. O programa é produzido e exibido na sucursal da TV Canção Nova em Brasília e tem como objetivo levar ao cidadão uma visão mais ampla e completa dos temas relevantes no cenário nacional. O destaque da **Semana** será a Fraternidade e Saúde Pública e o papel do auditor para a cidadania. O Programa Além da Notícia vai ao ar no **dia 22/11, às 22h30**. A TV Canção Nova conta com geradoras em 6 Estados e 350 retransmissoras. Em Brasília, o programa passa no canal aberto 43 e, na NET, canais 22 ou 25. Seu sinal atinge todo o território nacional por parabólica, TV por assinatura e a cabo. A programação também pode ser acompanhada em tempo real pelo [portal tv.cancaonova.com](http://portal.tv.cancaonova.com). **Assista!**

Imagem: TV Canção Nova



Programa Além da Notícia entrevista:



CAMPANHA DA FRATERNIDADE

A Campanha da Fraternidade lançada, em 2012, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem como tema a saúde pública e o lema **“Que a saúde se difunda sobre a terra”**. A proposta é olhar a realidade da saúde no Brasil que está longe do que assegura a Constituição de 1988. O subfinanciamento da saúde pública e a falta de estrutura dos órgãos de controle são fatores que precisam de um amplo debate. Ao defender um sistema justo para todos, a CNBB se propõe a discutir abertamente a questão, reconhecendo que a mobilização social é o caminho. O cumprimento da Lei Complementar 141/2012 é instrumental para boa parte das soluções almejadas. Além de harmonizar o conceito de ações e serviços públicos no País e coibir ou ao menos dar visibilidade a “maquiagens” na apuração dos gastos mínimos, a Lei estabelece uma nova geração de regras fiscais e de controle voltadas para a implementação efetiva de uma das mais importantes políticas sociais, com uma visão estratégica que consiste em transformar as carências de regulamentação de mais de uma década em oportunidades de avanços institucionais em prol da política de saúde pública e dos direitos do cidadão.

TRANSPARÊNCIA & CONTROLE SOCIAL DO ORÇAMENTO DA SAÚDE

A Lei Complementar 141/2012 torna obrigatório o preenchimento do Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS) pela União, Estados, Distrito Federal e mais de 5,5 mil Municípios. Essa decisão do Congresso Nacional é fruto de um amplo debate com diversos representantes dos órgãos de controle, saúde, universidades e sociedade civil organizada. A norma estabelece regras padronizadas de fiscalização, avaliação e controle público e social dos orçamentos de saúde, avançando em instrumentos de transparência e visibilidade do gasto público, tais como o SIOPS, audiências públicas, participação popular na elaboração dos planos de saúde e funcionamento dos conselhos de saúde. Também se alinha a decisões do TCU que recomenda a utilização da tecnologia da informação como meio para minimizar as práticas de fraudes e irregularidades. A nova Lei configura-se como uma “Lei-Irmã” da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim concebida para que o gestor da saúde disponha de ferramenta equivalente à que conduz e protege a política fiscal, sem razão para deixar a gestão da saúde para segundo plano. **Saúde agora é prioridade de verdade!**



A fiscalização dos gastos com saúde cada vez mais ganha destaque na agenda dos órgãos de controle. Além dos trabalhos realizados pelo TCU, o Ministério Público Federal (MPF) promoverá, nos dias 29 e 30 de novembro, oficina para debater o **controle social** sobre os recursos vinculados à saúde aplicados por entidades do setor privado (ONG, OSCIP, OS, etc). O evento contará com a participação de auditores federais de controle externo do TCU, que farão exposições em painéis específicos sobre a fiscalização dos recursos federais diretamente transferidos e sub-repassados a entidades privadas, além de procuradores da República, representantes do Poder Executivo e de organizações da sociedade civil. A presidente da ANTC, Lucieni Pereira, também foi convidada para palestrar na oficina e fará exposição sobre a nova Lei.